ANEXO I

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026/PMX
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026/FMAS/PMX

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS EM PÓ, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E PRODUTOS ALIMENTARES ESPECÍFICOS, destinados ao atendimento dos usuários acolhidos na Casa de Acolhimento Infantil e na Casa Lar do Idoso, unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social de Xinguara/PA.

Relativa à Habilitação Jurídica

A documentação jurídica a ser apresentada limitar-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, devendo a existência da pessoa jurídica ser comprovada através de um dos documentos a seguir, conforme o tipo societário, devidamente acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e documentos pessoais do seu administrador.

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Cópia do Documento de Identidade e do CPF dos sócios e/ou diretores;

f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para licitante Microempreendedor Individual – MEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, em se tratando de MEI;

Relativa à Qualificação Técnica

A qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da empresa para executar o objeto da contratação, compatível com o fornecimento do objeto.

Para fins de comprovação da qualificação técnica, a empresa deverá apresentar:

a) **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária** da sede do licitante, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local competente (vigilância sanitária);

b) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução anterior de fornecimento compatível em características com o objeto desta contratação, contendo, no mínimo, identificação da pessoa jurídica emitente, nome e cargo do signatário, descrição do objeto fornecido e informações suficientes para aferição da compatibilidade com o objeto;

c) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam à Administração verificar a veracidade e a compatibilidade do fornecimento realizado, ficando a empresa obrigada a disponibilizar, quando solicitada, dados complementares como endereço, telefone e correio eletrônico do emitente;

Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

A documentação deverá comprovar a regularidade da empresa perante os fiscos e órgãos competentes, sendo exigida a apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente;

e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida em data não superior a 180 dias da data de abertura do certame.

Caso o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

A documentação de qualificação econômico-financeira deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, sendo exigida a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, acompanhados ou apresentados de acordo com uma das seguintes formas:

I. Para sociedades obrigadas ou que optarem pela Escrituração Contábil Digital (ECD): mediante apresentação do recibo de entrega da ECD, com o número do hash de autenticação e a identificação completa da escrituração transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;

II. Para sociedades não obrigadas à ECD ou que optarem por escrituração física: por meio de cópia do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis devidamente registradas na Junta Comercial competente, nos termos do artigo 1.179, §2º, do Código Civil;

III. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

IV. Os documentos referidos no item 11.17.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

V. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

VI. Apresentar comprovação da situação financeira da empresa, assinada por contador, constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE+REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Relativos à Apresentação de Plano Logístico

A empresa que apresentar proposta vencedora e que não esteja enquadrada como empresa regional, nos termos do Decreto Municipal de Regionalização nº 343/2025, deverá apresentar, em sede de diligência, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação formal da Administração, Plano Logístico

de Entrega. Essa exigência tem o objetivo de comprovar a capacidade de entrega dos produtos dentro do prazo estipulado.

O Plano Logístico deverá demonstrar, a plena capacidade da empresa em cumprir os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.

A ausência, a não apresentação no prazo estabelecido ou a apresentação de documento considerado insuficiente para demonstrar a viabilidade logística poderá ensejar a desclassificação da proposta, mediante decisão devidamente motivada.

Relativos à Justificativa de Viabilidade de Preços

As empresas que apresentarem propostas ou lances com valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência estimado pela Administração, independentemente da ordem de classificação, poderão ser convocadas a comprovar a exequibilidade da proposta, mediante solicitação formal da Administração.

Para fins de verificação da viabilidade do preço ofertado, a empresa deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação, a seguinte documentação:

- Composição detalhada de custos (planilha), discriminando todos os elementos que compõem o preço ofertado, inclusive os custos relacionados ao fornecimento, transporte, entrega, tributos, encargos e demais despesas;

- Documento comprobatório de referência de preços, que deverá consistir em nota fiscal de aquisição do produto, com data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão da dispensa eletrônica.

A exigência de justificativa de viabilidade de preços tem por finalidade aferir a exequibilidade da proposta apresentada para o objeto da contratação, prevenindo a contratação por preço inexequível e reduzindo o risco de fornecimento inadequado ou de descumprimento das obrigações contratuais, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

O não atendimento à solicitação da Administração ou a apresentação de documentação insuficiente ou incompatível com o valor ofertado poderá ensejar a desclassificação da proposta, mediante decisão devidamente motivada.

Declarações Complementares:

a) Declaração de enquadramento na Lei Complementar nº. 123/06

b) Declaração Conjunta;

DANYARA SOUSA RODRIGUES:94757720220
Assinado de forma digital por DANYARA SOUSA RODRIGUES:94757720220

Danyara Sousa Rodrigues
Agente de Contratação
Portaria nº 114/26

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Xinguara – PA.
Dispensa de Licitação nº xxxxxxx

DADOS DO PROPONENTE

NOME FANTASIA:

RAZÃO SOCAIL:
CNPJ:
INSC. EST.:
OPTANTE PELO SIMPLES:
ENDEREÇO:
E-mail:
Telefone:
Dados Bancários:
Banco: Banco do Brasil
Nº da Agência:
Conta Corrente:

Nº ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**UNIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	VALOR TOTAL					**R$**

Valor total da Proposta: R$ XXXXXX (XXXXXXXXXX).

A empresa:_____, inscrita no CNPJ nº _____ declara que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, bem como todos os encargos inerentes a instalação do software, treinamentos necessários e suporte técnico durante todo o período contratual.

2. Validade da Proposta: XX (XXXXXXX dias).

3. Que não possui como sócio, gerente e diretores, servidores da Prefeitura Municipal de Xinguara – PA, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

Xinguara/PA, ___ de _____ 2026

_____
Razão Social da Empresa Assinatura
do Responsável CPF:
Cargo:

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06

(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

À Agente de contratação

Prefeitura Municipal de Xinguara – PA.
Dispensa de Licitação nº xxxxxxx

A empresa [nome/Razão social], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], localizada [rua, cidade, Estado], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º[xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como [Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte], nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE– Receita bruta anual superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e Data

_____
Razão Social da Empresa
Assinatura do Responsável
CPF:
Cargo:

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

DECLARAÇÕES CONJUNTA

À Comissão de Contratação

Prefeitura Municipal de Xinguara – PA.
Dispensa de Licitação nº xxxxxxx

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ: xxxxxxxxxxxx, com sede na (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), neste ato representada pelo Sr(a) (NOME DO SÓCIO/REPRESENTANTE), (qualificação), inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxx constituído, abaixo assinado, DECLARA para os fins que se fizerem necessários que:

I - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO E DE INIDONEIDADE PARA LICITAR

DECLARA para os devidos fins de direito, sob as penas da Lei cabíveis, que até a presente data, não estar submetida à penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação ou IMPEDIMENTO de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal, bem como, de INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS DE SUA HABILITAÇÃO no processo, objeto do Processo Licitatório Nº xxxxxxxxxxx, promovido pela Prefeitura Municipal Xinguara/PA, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

DECLARA, que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgamos suficiente para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

II - COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO DO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CF

DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital, objeto do Processo Licitatório nº xxxxxxxxxx, promovido pela Prefeitura Municipal Xinguara/PA, Estado do Pará, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezasseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei no 9.854/99).

III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM A MUNICIPALIDADE

DECLARA, para os devidos fins que, que em seu quadro societário não existe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vereadores, Vice-Prefeito, Secretários, Diretores, Coordenadores e/ou servidores em cargos de chefia, direção ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção da Prefeitura Municipal Xinguara/PA.

IV - INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, na forma do art. 9º, inciso III, § 1º da Lei 14.133/21.

V - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

DECLARA expressamente atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 5º da referida instrução.

VI - DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Declara, nos termos do art. 63, IV, da lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas. Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

VII - DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

Declara nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos os presentes.

Cidade-UF, data.

Razão Social da Empresa
Assinatura do Responsável
CPF:
Cargo: